



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2280/15	DATA: 03/11/2015	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 16h23min	TÉRMINO: 17h55min	PÁGINAS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LEANDRA GONÇALVES - Coordenadora do Programa Costa Atlântica da SOS Mata Atlântica.
CARLOS ROBERTO LEITE - Capitão-de-Mar-e-Guerra, representando a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.
UGO VERCILLO - Secretário de Biodiversidade e Florestas Substituto do Ministério do Meio Ambiente — MMA.
UIRÁ OLIVEIRA - Coordenador-Geral de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança da Secretaria de Portos da Presidência da República.

SUMÁRIO

Discussão sobre a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas costeiros e marinhos, objeto do Projeto de Lei nº 6.969/2013, do Deputado Sarney Filho.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há palavra ou expressão ininteligível.
Houve intervenção ininteligível.
Não houve expressa concessão da palavra a alguns oradores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Boa tarde, senhoras e senhores!

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada a debater a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas costeiros e marinhos, objeto do Projeto de Lei nº 6.969, de 2013, de autoria do Deputado Sarney Filho, em face da aprovação do Requerimento nº 87, de 2015, de minha autoria, que atende justamente a importância do debate desse tema para que o projeto tenha um exame melhor do Congresso e das instituições que têm relação com a temática.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido na sua grade de programação.

Convido para ocupar a Mesa o Sr. Carlos Roberto Leite, Capitão-de-Mar-e-Guerra, representando a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; o Sr. Ugo Vercillo, Secretário de Biodiversidade e Florestas Substituto do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Uirá Oliveira, Coordenador-Geral de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança da Secretaria de Portos da Presidência da República; e a Sra. Leandra Gonçalves, Coordenadora do Programa Costa Atlântica da SOS Mata Atlântica.

Cada expositor terá 15 minutos para sua exposição.

Cumprimento os Deputados aqui presentes, Nilto Tatto, Valdir Colatto e Sarney Filho, autor do projeto.

Informo aos palestrantes que haverá um debate interativo através do portal da Câmara dos Deputados.

Os servidores desta Comissão estão encarregados de dar apoio aos internautas, e, posteriormente, os expositores convidados farão os devidos esclarecimentos.

Esta reunião está sendo gravada. Portanto, peço aos oradores que utilizem os microfones. Peço ainda autorização de todos para publicar as exposições.

Esta audiência pretende aclarar o projeto de lei e suas alterações pela importância da temática envolvendo o maior dos biomas do Brasil.

Eu gostaria de iniciar a audiência de hoje lembrando Ernest Hemingway, autor de *O Velho e o Mar*, que conta a história de Santiago, um pescador que sofria com a inacreditável maré de azar, mas que, no 85º dia, em sua pequena canoa, fisionou um dos maiores peixes já visto. Deputado Nilto Tatto, V.Exa. deve ter lido esse



romance, porque é tradicional, de autoria de um grande escritor americano que viveu em Cuba.

Esse peixe, porém, não se deixou vencer facilmente. Durante 2 dias e 2 noites, peixe e pescador travam uma batalha extenuante. Por fim, o peixe cedeu e foi capturado. Santiago parecia ter vencido o mar e a natureza, mas, como estava muito cansado, deixou o peixe preso pelo anzol. O mar, porém, retribuiu a afronta. Enquanto imaginava a glória e o respeito que o esperariam quando chegasse à querida Cuba, Santiago transportava apenas a espinha de sua conquista.

Essa história é, muitas vezes, interpretada como uma homenagem à persistência e à vontade de vencer. Percebemos, entretanto, que, naquele embate levado às últimas consequências, não houve ganhadores nem o mar subjuguou o homem, nem esse o submeteu à sua vontade.

Como no romance, consideramos o mar e a natureza, em geral, como desafiantes a serem subjugados. Em nossa luta obstinada, agredimos os ecossistemas terrestres e marinhos, que sofrem com os impactos ambientais causados pela atividade humana.

Se tratarmos o meio natural com atitude de respeito e proteção, seremos os mais beneficiados. Além de acolher uma ampla variedade de seres vivos, esses ecossistemas costeiros e marinhos proporcionam produtos e serviços essenciais à sobrevivência humana, como alimentos, manutenção do clima, purificação da água, controle das inundações e das dunas, além de possibilidades de uso recreativo e turístico.

Áreas costeiras e marinhas bem conservadas contam com uma diversidade biológica muito maior do que a das áreas convertidas, e seus ecossistemas prestam serviços muito mais diversos e efetivos. Medidas de conservação são essenciais para garantir a produção pesqueira nacional.

O Projeto de Lei nº 6.969, de 2013, objetiva instituir a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro.

Esta reunião vai promover um debate que deveria ter sido realizado na Comissão da Agricultura. Vamos esgotar o tema hoje. Teremos outra audiência com o mesmo propósito envolvendo outros debatedores, dentro da visão de esgotar essa temática para o projeto ganhar o apoio desta Casa. Esse projeto, como todos os outros na área do meio ambiente, precisa ser muito bem debatido.



Em relação a esse projeto, o Congresso, sobretudo nessa fase, vai ser muito mais exigente.

Eu agradeço a presença de todos os expositores e demais presentes.

Passo a palavra para a Sra. Leandra Gonçalves, Coordenadora do Programa Costa Atlântica da SOS Mata Atlântica.

A SRA. LEANDRA GONÇALVES - Boa tarde a todos!

Na pessoa do Deputado Átila Lira, eu gostaria de agradecer a todos os Deputados presentes nesta audiência, porque, como disse o Deputado, é realmente importante estarem aqui diversos atores para debater de que forma que podemos organizar os usos que hoje já ocorrem no mar brasileiro, na costa brasileira.

A ideia da minha apresentação é contar um pouquinho sobre o trabalho da Fundação SOS Mata Atlântica, o que vimos realizando desde 2012 para trabalhar por esse projeto de lei e como esse projeto de lei vem sendo construído ao longo desses 2 últimos anos.

A Fundação SOS Mata Atlântica é uma organização não governamental, uma entidade privada sem vínculos partidários, religiosos, sem fins lucrativos, que foi criada em 1986, ou seja, ano que vem, completará 30 anos de existência. Essa fundação começou com o objetivo muito claro e a missão bastante importante de preservação do ecossistema da Mata Atlântica, porque hoje, infelizmente, temos apenas 8% de mata remanescente, sendo esse um dos biomas mais ameaçados no Brasil.

Em 2006, essa Fundação iniciou um trabalho, chamado Programa Costa Atlântica, que visava não só olhar para a Mata Atlântica a partir da floresta, na parte continental, como também a sua parte terrestre, que envolve a região estuarina, a parte de manguezais, as regiões insulares e todo o nosso ecossistema costeiro e marinho.

Em meados de 2012, um pouco baseados na experiência que a Fundação SOS Mata Atlântica teve na construção da Lei da Mata Atlântica, atualmente o único bioma que tem uma lei específica para a sua proteção, nós começamos a perceber que, no Brasil, a parte do Mar Territorial, da Zona Marinha, da Plataforma Continental havia diversos arcabouços legais, diversas legislações aplicáveis, mas muitas dessas legislações ainda não estavam integradas, eram setoriais e fragmentadas. Começamos a perceber que não só a parte de legislação, como



também a de planos e programas não eram integrados para promover uma maior governança da Zona Costeira e Marinha.

No Brasil, por mais que em muitas publicações e muitas vezes em muitas fala, nós o chamemos de bioma marinho, não temos a Zona Costeira e a Zona Marinha transformados num bioma. Hoje, temos o ecossistema costeiro e marinho associado os demais biomas. Ao longo dos 14 Estados costeiros, temos o ecossistema costeiro e marinho associado ao bioma da Mata Atlântica ou, na parte norte, associado ao bioma amazônico.

A intenção de fazer o Brasil começar a olhar para o mar, olhar para Amazônia Azul, olhar para essa extensão territorial de frente seria, primeiramente, para priorizar a criação de um bioma.

Quando começamos essa discussão, dissemos: se queremos, então, discutir o que é o bioma marinho e de que forma podemos integrar os usos e as atividades já existentes nele, é preciso, primeiro, entender qual é o estado de conservação, bem como o estado das atividades das legislações aplicáveis a esse ecossistema.

O primeiro passo da nossa atividade foi realizar uma série de estudos. Em abril de 2013, fizemos um primeiro seminário nesta Casa, ocasião em que apresentamos uma avaliação dos 25 anos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Integrado, quais eram os instrumentos e as legislações aplicáveis ao ecossistema costeiro e marinho, a pedido do Deputado Sarney Filho, para a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, e um estudo feito por dois consultores contratados pela Fundação SOS Mata Atlântica sobre as boas práticas internacionais.

Para isso, levantamos legislação para a parte de costa e de mar dos Estados Unidos, Canadá, Noruega, Austrália, Nova Zelândia e alguns países do Mediterrâneo para analisar quais eram as boas práticas que esses países estavam realizando para aprimorar a sua governança costeira e marinha e de que forma isso poderia ser aplicado ou aprimorado pela legislação brasileira.

Com base nesses estudos e nas discussões que foram feitas com diversos atores, algumas conclusões foram apresentadas nesse seminário de abril na Câmara dos Deputados.

A primeira delas foi que, sem dúvida, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Integrado foi um grande passo dado há 25 anos, e, de lá para cá, houve



vários aprimoramentos, várias etapas cumpridas e vários aprendizados, mas que, no entanto, esse plano ainda tem uma baixa implementação, principalmente dos seus instrumentos.

Além dessa baixa implementação e da necessidade de reforços estruturais, de um maior orçamento e de maior capacitação institucional, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, quando foi discutido, criado e aprovado, restringiu-se à Zona Costeira, ou seja, a 12 milhas náuticas, não incluindo a Zona Econômica Exclusiva.

Passados 25 anos e com todo esse conhecimento acumulado na execução do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Integrado, hoje sabemos que todas as atividades existentes na parte costeira influenciam as atividades existentes na parte mais *offshore*, na Zona Econômica Exclusiva, e que as atividades feitas nessa zona também afetam a condição e a saúde ambiental das atividades em terra.

Então, uma das conclusões dessa avaliação, além da necessidade de implementação e da melhoria estrutural e institucional, foi a necessidade de promovermos um instrumento que integrasse a Zona Costeira com a Zona Marinha.

Baseados nesses estudos, constatamos que muitas legislações aplicáveis à parte da costa e do mar no Brasil eram voltadas para a questão continental e, posteriormente, aplicadas para a parte marinha, porque, de fato, a questão de mar e costa no Brasil não era uma prioridade, como eram as discussões sobre a Amazônia, que começaram muito antes, na década de 60.

Portanto, muitos dos instrumentos — e um exemplo claríssimo é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação — foram feitos para a parte terrestre e, posteriormente, aplicados para a parte marinha. Nós adaptamos muitas dessas legislações e discutimos de que forma, juridicamente, vão ser aplicadas, mas não necessariamente são feitas para a parte costeira e marinha. E muitas dessas políticas são setoriais e fragmentadas, não considerando que hoje discutimos em diversos fóruns nacionais e internacionais que seria uma abordagem ecossistêmica e integrada dos usos existentes, para ser criado bioma marinho.

Quando discutimos com diversos atores sobre essa política nacional para os oceanos, popularmente conhecida como Lei do Mar, sempre pensamos que essa lei deveria ser acordada de forma participativa, considerasse o papel dos oceanos em escala global não apenas para sua preservação e conservação, mas também que



considerasse suas atividades econômicas, voltadas para o lazer, locomoção, alimentação, qualidade de vida das comunidades costeiras e preservação dos recursos e da sua biodiversidade.

Então, desde o início dessas discussões, o objetivo principal, a missão de se discutir um marco regulatório para os oceanos no Brasil, era promover uma harmonização das atividades que existem hoje nas zonas costeira e marinha.

De posse desses estudos, e depois da apresentação dos mesmos aqui na Câmara dos Deputados, demos um segundo passo, que era fazer uma série de entrevistas com os atores que participam da gestão costeira marinha no Brasil. Foram feitas cerca de 70 entrevistas individuais, nas quais basicamente esses atores foram consultados sobre suas perspectivas, quais eram as lacunas e os gargalos, de que forma esses atores viam esse marco regulatório para os oceanos no Brasil, de que forma a legislação aplicável ao ecossistema costeiro e marinho poderia ser aprimorada.

Essas entrevistas foram divididas em três blocos: um bloco de Governo, um do setor produtivo e outro das universidades. No Governo, conversamos com pessoas do MAPA, que era o antigo Ministério da Pesca e Aquicultura, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria Especial de Portos, do Legislativo, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, em cerca de três apresentações, e também do Ministério do Planejamento.

No setor produtivo, conversamos com o pessoal das empresas de óleo e gás, do Centro Brasileiro de Infraestrutura Energética e da pesca artesanal. E, embora tenhamos feito diversas tentativas de abordagem junto aos sindicatos e às empresas de pesca industrial, até então tínhamos tido muito pouco retorno nessa fase de entrevistas. A interlocução com esse setor veio posteriormente, agora, no começo de 2015.

Em algumas universidades, como o Instituto Oceanográfico da USP, a FURG, a UNIVALE, a UNIFESP, a UFRJ e a UFPB.

Todas essas entrevistas foram feitas — e é importante que isso fique claro — não com o objetivo de esgotarmos a variedade de gama de atores que hoje atuam com gestão costeira nem com a ambição de que eles fossem representativos ou representassem o que toda uma sociedade, ou os povos do mar, deseja para esse marco regulatório. Mas era um primeiro termômetro para elaborarmos um primeiro



texto, que é o que hoje tramita na Câmara dos Deputados, para que, com base nesse texto, pudéssemos dar início às discussões, que é o que hoje estamos fazendo aqui devido ao requerimento do Deputado Átila Lira.

Depois desses estudos e entrevistas, realizamos alguns seminários, a pedido do Deputado Sarney Filho, aqui na Comissão de Meio Ambiente, onde a SOS teve a oportunidade de participar. Esses estudos e esse primeiro rascunho foram debatidos com novos atores, sempre com o objetivo de fazer uma discussão participativa e transparente sobre esse instrumento de lei, que hoje tramita na Câmara dos Deputados.

Posteriormente a isso, ainda realizamos uma série de reuniões mais específicas para debater o texto em determinados Ministérios. Apresentamos esse texto na discussão da Rio+20 junto à Ouvidoria do Mar, em eventos acadêmicos, como o evento do Instituto Oceanográfico da USP. E, ao final desse processo, por volta de agosto e setembro de 2013, foi feito um *workshop* no Rio de Janeiro, no Jardim Botânico, para o qual diversos atores desses três grupos específicos foram convidados para discutir um rascunho inicial, que não é o que discutimos hoje, para que pudéssemos ver o que poderíamos aprimorar ali. E foi desse *workshop* que saiu o Projeto de Lei nº 6.969.

Esse projeto foi apresentado pelo Deputado José Sarney Filho, em dezembro de 2013, na Câmara dos Deputados, e a princípio foi distribuído a três Comissões: Comissão de Agricultura, Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Constituição e Justiça. Durante o ano de 2014, tivemos pouquíssima movimentação, pois foi um ano eleitoral e ano da Copa do Mundo. Então, foi em 2015 que ele fez seu primeiro movimento e chegou à Comissão de Agricultura.

Infelizmente, não tivemos a possibilidade de realizar eventos como este, de fazer discussão setorial, chamar o Governo e setores produtivos para discutir o teor desse projeto de lei. Assim, nessa primeira tramitação, ele foi rejeitado na Comissão de Agricultura e agora tramita na Comissão de Meio Ambiente, onde estamos tendo essa primeira audiência. E haverá uma segunda audiência, no dia 18 de novembro, com novos atores, para podermos discutir ainda mais aprimoramentos nesse texto. Posteriormente, ele segue para a Comissão de Constituição e Justiça e, possivelmente, para o plenário da Câmara, e vai seguir, a partir de então, a tramitação regular do Congresso Nacional.



E como essa lei pode contribuir para organizar os diversos usos do mar brasileiro? Para quem já teve oportunidade de ler o texto, verá que temos objetivos bastante ambiciosos, e, como eles vêm sendo discutidos ao longo das últimas reuniões e de seminários na Câmara dos Deputados, foram sendo aprimorados. Então, são objetivos dessa política: o uso equitativo eficiente compartilhado; a garantia e a conservação da biodiversidade; monitorar, prevenir e mitigar os impactos; e integrar, principalmente, as políticas setoriais de responsabilidade das diversas esferas de Governo.

Pretende também utilizar a ferramenta, que já vem sendo discutida e implementada em diversos países, do planejamento espacial marinho, que olharia para todas as atividades e tentaria propor a resolução de conflitos entre pesca, petróleo e gás, conservação da biodiversidade e turismo.

Através do art. 6º, há uma série de diretrizes — e acho que não terei tempo de entrar em detalhes — que trazem claramente um objetivo de fundo, onde determinaríamos políticas públicas para integrar os planos setoriais, sempre baseados no melhor conhecimento científico disponível e também na disponibilização do conhecimento tradicional, hoje bastante forte e presente na costa brasileira.

Essa política também traz uma série de instrumentos: relatório nacional de produção pesqueira, sistema de estatística, planejamento espacial marinho, inventário. Ou seja, são instrumentos que podemos medir e adaptar a forma com que essa política será implementada, porque a conservação da biodiversidade e o manejo dos recursos vivos marinhos vão sofrendo interferência e influência das políticas públicas. Ou seja, essa lei também precisa prever aqui certa flexibilidade, para que esses instrumentos realmente funcionem em longo prazo.

E, por mais que achássemos que esse projeto seria ambicioso — e isso tem sido comprovado nas reuniões ao longo deste ano de 2015 —, nunca achamos que seria um projeto curto, mas, sim, que seria um longo caminho a ser percorrido, onde seria discutido isso com diversos setores, já que a costa brasileira tem 8.600 quilômetros. Então, a ideia é realmente esgotarmos todas as discussões e termos um texto que realmente represente os anseios dessas comunidades costeiras.

Para isso, além das reuniões que estão sendo feitas aqui, a pedido do Deputado Átila Lira, os Deputados Estaduais, que são Coordenadores de Frentes



Parlamentares ambientalistas nos Estados, também estão fazendo as suas discussões.

Neste último semestre foi discutido o mesmo texto que hoje discutimos aqui, na Câmara Federal, na Bahia, no Ceará, em São Paulo, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro, sempre com a participação de diversos setores: setor produtivo, acadêmico, representantes da Comissão de Pescadores Artesanais das Reservas Extrativistas Marinhas, para que — se toda essa comunidade, se todos esses atores, povos do mar, não puderem vir até Brasília — a discussão desse projeto possa ir até os Estados e pegar a visão desses atores.

Então, estão sendo elaborados ofícios com contribuições e aprimoramentos, a pedido da Fundação SOS Mata Atlântica, que estão sendo encaminhados para os Deputados Átila Lira e Sarney Filho, com sugestões de como podemos aprimorar esse texto. Ele foi discutido com 70 pessoas em diversas reuniões, em várias reuniões aqui, mas há uma comunidade costeira muito maior que isso.

Então, a ideia de discutir nos Estados é poder levar o teor de uma discussão federal para diversos Estados costeiros.

É isso. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Antes de passar para o segundo expositor, agradeço à Sra. Leandra pela exposição, sobretudo, porque ela fez parte do grupo de trabalho que deu origem a esse projeto.

Eu quero registrar as presenças aqui do Glauto, da Secretaria de Portos; da Capitã de Fragata, Tairol, do Comando da Marinha; do Capitão-de-Mar-e-Guerra, João Lampert; do representante da Oceana Brasil, Gabriel Vianna; dos representantes do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Gallucci, Márcia Oliveira e do Luciano Lourenço; do Sr. Roberto Klabin, pela SOS Mata Atlântica; do Michel de Sousa, pelo Greenpeace; do Capitão-Tenente, Rodrigo de Almeida, do Ministério da Marinha; da Teresa Cristina, do Ministério da Marinha, e do Ivan Resende, representante da PETROBRAS.

Com a palavra o Sr. Carlos Roberto Leite, Capitão-de-Mar-e-Guerra, representante da Marinha.

O SR. CARLOS ROBERTO LEITE - Boa tarde a todos!

Senhoras e senhores, eu gostaria inicialmente de agradecer ao Deputado Átila Lira. Cumprimento a todos os Deputados e a todos os presentes.



Sou Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Leite, trabalho na Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, sou um velho marinheiro com 45 anos de Marinha, sei bem o que traduziu o poema que o Deputado mencionou em relação às dificuldades e aos desafios que o mar representa.

Fico muito feliz em poder participar desta audiência pública para tratar de um assunto tão importante, não só para o Brasil, como para o planeta Terra, que efetivamente depende do mar e dos oceanos. Esse conceito efetivamente tem ganhado mais adeptos na medida em que os recursos estão ficando escassos.

Nesta breve apresentação, e já não sei quanto tempo eu perdi aqui, eu vou iniciar agradecendo inicialmente à Sra. Leandra pela palestra que fez, porque efetivamente mostrou como nasceu esse projeto de lei.

Eu vou apresentar o modelo que o Brasil adota desde 1974, quando foi criada a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados ao mar. Eu vou fazer uma análise do projeto de lei em função do arcabouço legal existente e do modelo que vem sendo adotado pelo Brasil.

Como a Sra. Leandra mencionou, a SOS Mata Atlântica começou na parte terrestre e veio para a parte marinha, vamos dizer assim. Em decorrência da Rio+20, em 2012, notou-se, e foi muito enfatizado, que os oceanos exerciam um papel fundamental para a saúde do nosso planeta, e teve início aqui a discussão desse projeto de lei.

Em paralelo a isso, desde 1974 existe a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, composta por 18 Ministérios. Todos os Ministérios que possuem algum assunto relacionado ao mar estão aqui presentes. Eu saúdo os meus companheiros de CIRM e do MMA, e fico muito feliz em revê-los. Quero dizer que a CIRM, por sua composição de 18 membros, tem grande representatividade, grande credibilidade e grande poder de articulação.

Como ela funciona? Ela funciona através de reuniões periódicas, são três reuniões anuais, com representantes de todos os Ministérios. A coordenação da Comissão é do Comandante da Marinha, como autoridade marítima. No mar existe, além de Netuno, uma autoridade Marinha. Por quê? Porque as atividades no mar são muito complexas, elas demandam uma visão de Governo integrada para que todos os interesses sejam observados, perseguidos e tenham a mesma prioridade.



A CIRM funciona em cima desse arcabouço legal. Ela trata diversos assuntos. Eu não vou descer a muitos detalhes. Inicialmente, do lado esquerdo aqui, há a Política Marítima Nacional, que efetivamente tenta transmitir que a mentalidade marítima, cada vez mais, alcance os brasileiros, mostrando a importância do mar.

A seguir, ali em vermelho, há a Política Nacional para os Recursos do Mar, em que há três planos relacionados: os recursos do mar, o gerenciamento costeiro e um programa muito importante, que eu vou traçar aqui, o levantamento da plataforma continental.

A CIRM vai um pouco além, vai para a Política Nacional para os Assuntos Antárticos, para mostrar que o mar é um só. O Atlântico Sul é fundamental para o Brasil. Conhecer a Antártica é fundamental para conhecer o Atlântico Sul e, conseqüentemente, os destinos brasileiros.

Então, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, baseada naquele arcabouço legal, visa a atender os interesses existentes na Amazônia Azul. Daqui a pouco, eu vou explicar o que é Amazônia Azul.

Aqui são apresentados: esporte, turismo e recreio; energia; biodiversidade; pesquisa científica. O mar é muito complexo. A visão tem que ser muito ampla, para que os resultados da utilização do mar e de seus recursos efetivamente contribuam para o atingimento dos objetivos nacionais.

Como eu mencionei, além da Amazônia Azul, na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, também é tratado o Programa Antártico Brasileiro, que permite que o País, há mais de 30 anos, tenha uma posição destacada na Antártica.

E por que é importante o Brasil estar na Antártica? Para que ele tome parte na decisão do futuro do continente, além de dar ao País um grande destaque no cenário internacional.

Eu vou passar agora para o Plano de Levantamento da Plataforma Continental, também conduzido na CIRM.

Qual é o seu objetivo? O objetivo do Plano de Levantamento da Plataforma Continental é, ao final, acrescentar 963 mil quilômetros quadrados de extensão de plataforma continental.

Nesse quadrinho aqui, nós podemos ver o mar territorial e a Zona Econômica Exclusiva — ZEE, atualmente com 3 milhões e 500 mil quilômetros quadrados. Esse Plano de Levantamento da Plataforma Continental, que é coordenado na CIRM, irá



acrescentar à plataforma continental 963 mil quilômetros quadrados. Com isso, ao final, teremos 4 milhões 471 mil quilômetros quadrados — quase metade do território nacional. É por isso que a Marinha o batizou com o nome de Amazônia Azul. Ela é tão grande e tão rica em biodiversidade quanto a Amazônia verde; por isso, é a nossa Amazônia Azul.

Também dentro da CIRM, conforme mencionado pela Leandra, existe o Plano de Gerenciamento Costeiro. A Leandra disse — eu concordo — que existem ferramentas, mas falta interação. Existem muitos *gaps*, mas muita coisa já foi feita e vem sendo feita. Eu discordo da sua fala de que havia um desdobramento de políticas adotadas inicialmente para a terra e depois adaptadas para o mar. O exemplo disso é que a CIRM tem 41 anos.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro é extremamente complexo. Ele cobre a parte mais complexa, que é a transição do continente para o mar, com todas as interferências de Prefeitura, de Governo e de tudo mais. A questão é muito difícil, mas nós temos conseguido belos avanços.

Eu vou passar rapidamente por todos os projetos que são desenvolvidos no Plano Setorial para os Recursos do Mar, para os senhores terem uma ideia da diversidade, da gama de assuntos que são tratados.

Nós temos um projeto voltado para a biotecnologia marinha, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação — MCTI, com o objetivo de estudo do potencial biotecnológico dos organismos marinhos. Diversos países já patenteiam principalmente medicamentos. Nós ainda temos um longo caminho. Nós estamos, eu diria, engatinhando na parte de biotecnologia marinha.

Existe também o programa REVIMAR, que trata da avaliação, monitoramento e conservação da biodiversidade marinha na Amazônia Azul. Um dos seus objetivos é o monitoramento de espécies marinhas ameaçadas. Outro programa, chamado AQUIPESCA, executa ações prioritárias.

Eu gostaria de mencionar que, na década de 80, foi feito um grande levantamento da biodiversidade, pelo Projeto Reviver, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente — MMA, primeira grande radiografia da situação da pesca do País. Ele também foi coordenado no âmbito da CIRM.



Há o programa Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira — REMPLAC, voltado para recursos minerais nas águas jurisdicionais, recursos minerais em áreas internacionais.

Só para os senhores terem ciência, na próxima semana, nós assinaremos um contrato de exploração com a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos que dará ao Brasil o direito de exploração de crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande por 15 anos.

O caráter estratégico desse programa é incomensurável. Ele representa o início das atividades no Atlântico Sul, lideradas pelo Brasil, e tem todos aqueles objetivos que estão ali listados.

Outro programa coberto pela CIRM refere-se ao Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima. A tendência, sempre, é ampliar e manter um sistema de observação dos oceanos considerando a importância de mudanças climáticas.

Cada vez mais, todos estão conscientes dessa grande capacidade de articulação e implementação. Esse sistema funciona por meio de boias e sensores que estão sendo monitorados e aumentados com uma maior disponibilidade de recursos.

Temos também programas relacionados às ilhas. Aqui nós podemos ver o Arquipélago São Pedro e São Paulo. Graças à manutenção de cinco pesquisadores durante todo o ano, nós ganhamos 200 milhas ao redor, a Zona Econômica Exclusiva — ZEE do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, que é de um projeto de 1982. Ele permite que o Brasil incorpore 200 milhas em torno da ZEE, pelo fato de ser ocupado por quatro pessoas durante o ano inteiro.

Da mesma forma, um ponto estratégico e fundamental é a Ilha da Trindade. Como os senhores podem ver, é uma projeção no meio do Atlântico Sul. É como se fosse um grande porta-aviões fixo que nós temos no Atlântico Sul, em termos de defesa, de segurança, fundamental.

Temos o Programa de Pesquisas Científicas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Na Ilha da Trindade, a estação já foi derrubada algumas vezes. Ela é derrubada, mas é construída novamente. No momento, ela está de pé, com cinco pesquisadores.



Com isso, mais uma vez, o Brasil tem direito de agregar 200 milhas ao redor do arquipélago como Zona Econômica Exclusiva. São 16 anos no arquipélago, 406 expedições, 79 projetos atendidos.

Temos o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade — PROTRINDADE, o maior ninhal de tartarugas, um grande vertente ambiental, em que conduzimos experiências. Foi montada uma estação científica na Ilha da Trindade, atualmente.

Também é tocado na CIRM um programa que trata do preparo de recursos humanos específicos para as atividades relacionadas ao mar. Como os senhores veem, a CIRM abarca diversos projetos, na tentativa de suprir todas as necessidades inerentes ao conhecimento do mar e seus recursos. É uma parceria interessante com o PPG-MAR. Com o dinheiro do MEC, foram construídas quatro embarcações pequenas, de 30 metros, para a qualificação de pessoal, de alunos embarcados, representando um grande avanço numa situação tão carente que nós tínhamos. Isso tem mais ou menos 1 ano.

Temos ainda o Programa de Mentalidade Marítima — PROMAR, que eu mencionei, um programa que trata de divulgar a mentalidade marítima.

Desculpem-me a correria. Existem alguns *folders* em cima da mesa que cobrem todos os programas. Eu me proponho a voltar aqui com mais tempo para poder discorrer com mais calma.

Em cima do evento Rio+20, em cima do futuro que nós queremos, apareceu o grande desafio que se chama Governança dos Oceanos.

Em 2013, como resultado da Governança dos Oceanos, foi criado na CIRM o último grande desafio: o grupo que vai tratar do uso compartilhado dos oceanos. O que representa isso? Conciliar todos os interesses: de pesca, de petróleo, de minério. Aqui está a definição de uso compartilhado. E se exige que isso seja tratado num local adequado em que a CIRM se encaixe como o único possível.

Passo rapidamente à análise feita do projeto de lei: um dos objetivos da Política Nacional para os Recursos do Mar é incentivar a exploração — notamos superposição de alguns objetivos da política do projeto de lei aos já existentes na Política Nacional para os Recursos do Mar; existe uma vasta legislação nacional que baliza os assuntos em discussão; mais uma política pública sobre o tema tende a multiplicar a complexidade jurídica e os processos burocráticos.



O projeto de lei institui dois colegiados, colocando a CIRM numa situação subordinada ao Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA. Aí eu acho que se perde um pouco considerando que o CONAMA é uma vertente ambiental. Eu concordo que todas as vertentes têm que ser analisadas, mas têm que estar em local isento, para que o interesse do País prevaleça.

Inclui as unidades de conservação marinhas de proteção integral no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza — SNUC. Aí, sim, eu concordo com a Leandra. Isso aqui foi criado dentro do contexto da Convenção sobre Diversidade Biológica — CDB e utilizado para o meio marinho, e ainda não está redondo. Há muitas arestas. Atribui à CIRM papel de câmara de conciliação, para solucionar conflitos de interesse entre as diversas modalidades de pesca: artesanal industrial.

Vou destacar esse ponto. Estou a 2 minutos de terminar. Com a criação do uso compartilhado, a CIRM vem revendo os marcos legais. Estamos num momento em que estão acontecendo no mundo diversas iniciativas. Temos, sim, que melhorar o nosso arcabouço legal. Temos, sim, que integrar diversas políticas. Temos, sim, que tentar melhorar as questões de biodiversidade. Mas, na minha opinião, temos que preservar o núcleo disso, que chama Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Só para os senhores terem uma ideia da sinergia existente, o PPA 2016/2020 incluirá entre seus objetivos: *“promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da Zona Costeira de forma sustentável”*, por meio dessa coordenação da CIRM.

A CIRM, portanto, apresenta-se como o local ideal para a realização dos necessários debates e apresentação das proposições que moldarão o futuro arcabouço legal para uso do ambiente marinho brasileiro (GT-UCAM em atividade).

Eu acho que consegui passar a mensagem para os senhores. Desculpem-me mais uma vez pela correria. Mas o mar é extremamente complexo. O Brasil tem um modelo. Desde 1974, desenvolve projetos e ações de pleno êxito — não só na Antártica —, como o REVIZEE e o PROAREA.

Eu diria que 12 países no mundo estão em condições, vão para águas profundas. O Brasil está indo para águas profundas. Como se consegue tudo isso? Consegue-se tudo isso através do arcabouço legal que existe e de reuniões com



representantes de 18 Ministérios na CIRM, onde se decide o que fazer. Pode haver até determinado ponto uma vertente ambiental dos recursos minerais, mas, acima de tudo, tem que haver um órgão de coordenação, um órgão com visão de Estado.

A conclusão é a que estou tentando dizer aos senhores aqui: que se mantenha o núcleo da CIRM, um pacote que vem dando certo há 41 anos, e se busque integrar o belo trabalho que vem sendo feito pelo projeto de lei.

Com certeza — volto a dizer — temos muito *gaps* aqui. Os senhores conseguiram trazer à discussão um tema extremamente importante. O momento é extremamente salutar para efetivamente fazermos uma integração e melhorarmos o que existe, para tentarmos cuidar do nosso mar, obter conhecimento, transformar os recursos existentes no mar em benefícios para a sociedade brasileira.

Não adianta ter os recursos se eles forem intocáveis. Enquanto os recursos não forem utilizados de maneira sustentável, em benefício da sociedade, não adianta nada. Então, o nosso papel é fazer essa inteiração, promover todas essas iniciativas, isentos de qualquer vertente, em prol dos objetivos nacionais.

Desculpem-me mais uma vez pela correria. Estou pronto para uma próxima oportunidade. Parabenizo mais uma vez o Deputado pela oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradeço ao Comandante Carlos Roberto Leite pela exposição.

Esclareço que há um substitutivo, que já apresentamos, e formalidades, que vamos seguir neste projeto. Procuramos receber contribuições. Já apresentamos um substitutivo. Ele será revisto ainda por conta desses debates.

Registro a presença do Deputado Arnaldo Jordy e do Deputado Ricardo Tripoli.

Passo a palavra ao representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Ugo Vercillo, que também vai fazer apresentação.

O SR. UGO VERCILLO - Obrigado, Deputado Átila Lira. Obrigado, Deputado Sarney Filho, pelo PL.

Vou fazer uma explanação rápida sobre a visão do Ministério do Meio Ambiente sobre o PL e as ações que promovemos para a conservação marinha e costeira.



Eu queria aproveitar a oportunidade para parabenizar a Fundação SOS Mata Atlântica pelo esforço que vem empreendendo para promover esses debates. Trago inicialmente o nosso agradecimento. Concordamos com todo o processo de discussão que está sendo feito.

Não preciso me deter muito em comentário sobre a relevância do ambiente marinho. Acho que as duas apresentações pretéritas foram suficientes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Destacamos aqui também a área possível de expansão da nossa ZEE.

É importante destacar a relevância desse ambiente. Os únicos ambientes recifais do Atlântico Sul estão aqui no Brasil.

Temos uma larga legislação que trata de questões ambientais que remetem horas para o ambiente marinho. Isso nos traz o arcabouço. Vai bem na linha do que a Leandra colocou de se ter um arcabouço amplo sobre a questão e da importância também de buscar harmonizar.

Eu gostaria de fazer uma relação desse trabalho feito com o compromisso nacional e internacional que o Brasil tem: as nossas metas de conservação. As metas de conservação internacionais foram absorvidas no Brasil por meio de metas nacionais. É uma resolução da Comissão Nacional da Biodiversidade — CONABIO. Temos algumas metas que tratam de *(ininteligível)*. Então, em qualquer assunto ligado à conservação marinha, eles dialogam com essas metas.

Destacamos quatro metas: a Meta 6, que trata da gestão efetiva dos recursos pesqueiros, para que não sejam sobre-explotados e desapareçam, para que não haja colapso; a Meta 10, que trata da questão de conservação dos ambientes recifais; a Meta 11, que trata da ampliação das áreas protegidas como um todo e especifica as marinhas para 10% do nosso território marinho; e a Meta 12, que trata de prevenir a extinção de espécies, incluídas aí espécies marinhas e terrestres.

Então, temos o compromisso forte de tentar atuar nessas quatro grandes metas, que dão o arcabouço da atuação do Ministério do Meio Ambiente. Para isso, temos desenvolvido nos últimos anos várias ferramentas que dialogam com essas quatro metas. Vou passar um pouco por elas. Isso nos traz insumos para o debate do PL em si. É por isso que estou trazendo essas ferramentas aqui. Temos que avaliar como o PL reflete nessas ferramentas.



Começo com a gestão pesqueira. Hoje temos um sistema de gestão compartilhado com os pesqueiros, estabelecido por marco legal. Todo o processo de gestão pesqueira é feito em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, em diálogo com a sociedade, o setor produtivo.

São estabelecidos fóruns de gestão permanente entre repartição de governo e sociedade civil, para que possamos debater e estabelecer quais são as regras de ordenamento da pesca, a fim de que ela seja mais efetiva, garantindo a sua capacidade de captura e a estabilidade econômica e social da atividade, e principalmente sustentável ambientalmente.

A gestão pesqueira é um tema forte. Este PL traz alguns mecanismos, mas não reconhece o sistema de gestão que temos hoje em prática. Então, é um ponto relevante para tratarmos no debate.

Outra ferramenta que temos hoje é o licenciamento ambiental. Temos resoluções CONAMA que tratam especificamente de como deve ser feito o licenciamento ambiental. Temos hoje uma legislação toda específica. Temos todo um processo de licenciamento dos blocos de petróleo, como a área ambiental se propõe ao diálogo com a ANP e com o setor produtivo para fazer a exploração de petróleo. E temos toda a gestão do marco ligado ao plano nacional de contingenciamento e de derramamento de petróleo. Temos vários marcos ligados a licenciamento ambiental e fiscalização.

Na gestão costeira, como foi posto, temos o Gerenciamento Costeiro — GERCO, que o MMA coordena. É um trabalho árduo, em que temos evoluído na discussão de como integrar conservação e usos da região costeira.

Estamos iniciando o trabalho de avaliação ambiental da área sedimentar. No ano passado e neste ano, fizemos vários estudos que ajudam a pensar não pontualmente nas estratégias de exploração.

Essas são as grandes linhas. Como ferramentas para implementar isso, temos alguns projetos, como o GEF-Mar, iniciado este ano com recursos internacionais, que nos dará condições de ampliar algumas metas nossas, metas nacionais, como a ampliação de áreas marinhas protegidas do Brasil de 1,5% para 5%.

Continuamos os estudos realizados em 2003 de áreas prioritárias marinhas. Temos um grande arcabouço no sistema de unidades de conservação marinhas.



Existem os Sítios Ramsar — outra convenção internacional —, onde protegemos sítios relevantes para a conservação de áreas úmidas. No caso de área marinha, há muito foco em corais.

Há outros projetos como o PAN-Corais e o PAN-Manguezal, que deriva do Projeto Manguezais do Brasil, em que pretendemos proteger todos e saber sobre o arcabouço da proteção dos manguezais no Brasil. O PAN-Corais é um plano de ação para a conservação das espécies de corais.

Trabalhamos também com planos para a conservação das espécies marinhas ameaçadas. Foi promovida, nos últimos 5 anos, a avaliação do estado de conservação da biodiversidade brasileira, em que foram avaliadas mais de 16 mil espécies de plantas e animais do País. E se chegou a três novas listas de espécies ameaçadas de extinção, que é uma ferramenta indicadora também da qualidade de nosso ambiente.

Essas são algumas ferramentas básicas que nós temos para o estudo.

Eu queria destacar, no que se refere às listas das espécies ameaçadas de extinção, que correm na Câmara dos Deputados projetos de decreto legislativo que sustam não só a Portaria nº 445, de 2014, que é a de peixes e invertebrados aquáticos, mas também outras portarias, como a Portaria nº 444, de 2014, que é a de fauna, e a Portaria nº 443, de 2014, que é a de flora. São projetos de decreto legislativo que põem em risco todo um arcabouço construído para a conservação não só do ambiente marinho, mas de toda a biodiversidade brasileira.

Eu comentei sobre as áreas prioritárias. Elas foram iniciadas em 1999, atualizadas em 2007 e agora estão em processo de revisão, cuja conclusão vai ser em 2017. As áreas prioritárias são, na verdade, instrumentos que servem de subsídio para a tomada de decisão de Governo. Essas áreas prioritárias são discutidas, construídas e levadas para fóruns, onde são feitos debates de ações para conservação e uso sustentável.

Em relação às áreas protegidas, eu queria destacar aqui o nosso interesse em ampliar de 1,5% para 5% até 2020, apesar de nossa meta ser 10%. E queria destacar que, além de ampliar a área protegida, é importante que seja avaliada a representatividade dos ecossistemas que são protegidos.

Este gráfico representa o tipo de ambiente e o seu percentual, quanto ele está protegido nesse sistema. Vemos que existe uma disparidade entre alguns sistemas



marinhos e o grau de proteção. Isso requer, no processo de revisão e de ampliação de áreas prioritárias e de revisão e de ampliação de áreas protegidas, a integração dessas informações. Hoje, como eu disse, apenas 1,5% do nosso ambiente marinho está sob o regime de áreas protegidas.

É importante um debate, que podemos construir, do PL. Temos o arcabouço muito forte do SNUC, em que há duas categorias. Mas é importante discutirmos, nesse âmbito, quais ferramentas podemos usar para um melhor mecanismo de gestão de áreas marinhas.

Um ponto de debate que temos são as áreas de exclusão de pesca ou, como agora se tem chamado, áreas de conservação para a reprodução. Podemos trabalhar o estabelecimento desse ambiente — no percentual de áreas protegidas, ele poderia, sim, ser computado — e o estabelecimento de regras específicas para esse ambiente.

Outros países têm trabalhado, por exemplo, o México, na construção de áreas protegidas, na verdade de solos protegidos. Essa é outra concepção, outra forma de tratar a questão. É importante conseguirmos incorporar também em nosso debate ferramentas para isso.

O conceito não é simplesmente o de inibir atividades em todo o ambiente marinho, pelo contrário. Queremos, sim, potencializar as atividades, garantindo a preservação ambiental.

Nesse contexto, temos um debate a ser construído. E achamos que podemos, sim, evoluir nesse debate nesta Casa, em virtude, inclusive, do PL.

Queria destacar também o projeto GEF Mar. Trata-se de um projeto com aporte de recursos nacionais que vai dar condições para que, nos próximos 5 anos, consigamos avançar de 1,5% para 5% do nosso território marinho em áreas protegidas. Ele vai permitir que façamos um processo não só de estudos que nos levem à indicação de áreas, mas também de promoção de uma espécie de mecanismo de monitoramento da situação dessas áreas e fortalecimento das áreas protegidas que já existem, para que elas sejam mais efetivas, mais funcionais. Ele ainda vai permitir que avaliemos como esse sistema está respondendo para a conservação.

Nós nos colocamos à disposição desta Casa para apresentar, ao longo dos anos, como esse projeto está contribuindo para a conservação marinha.



Por fim, destaco aqui a questão dos Sítios Ramsar. Alguns Sítios Ramsar aqui no Brasil são sítios que ocorrem em ambientes marinhos. Os planos de ação são ferramentas que se estabelecem para a conservação de espécies. São desenvolvidos hoje pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Temos vários planos aqui apresentados, como o Plano de Ação Nacional para Conservação das Tartarugas Marinhas, o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis, o Plano de Ação Nacional para Conservação dos Mamíferos Aquáticos - Grandes Cetáceos e Pinípedes. Inclusive, como efeito desse plano ou, na verdade, como efeito de várias ações que esse plano coordena e integra, tivemos recentemente a saída da baleia jubarte da lista de espécies em extinção. Quando congregamos organizações em prol de uma causa, que é o que a CIRM faz, conseguimos lograr sucesso. É o caso desse plano de ação.

Essa aí é a avaliação que eu comentei com os senhores rapidamente. Esse quadro representa o esforço promovido pelo Instituto Chico Mendes para a avaliação das espécies brasileiras. Nesse gráfico, a barrinha azul é o esforço feito em 2003, na lista anterior, e a barrinha laranja é o esforço promovido em 2014, para as listas atuais. Vemos o quanto o Brasil evoluiu no que tange a esforço de coleta de dados, organização de informação e análise, para termos nova lista de espécies em extinção — as Portarias nºs 443, 444 e 445.

Por fim, com relação especificamente ao PL, o que gostaríamos de colocar é que entendemos que o PL tem mérito, ao trazer para nós o debate. As sugestões de encaminhamento são certamente pertinentes para que seja promovido o debate e ampliemos a gestão, integrando as ações, ampliando inclusive a participação da sociedade civil no processo de construção. Isso para nós é válido, é merecedor, é relevante. Mas entendemos que alguns pontos o PL não absorveu de forma plena. Eu citei a gestão pesqueira. Sentimos necessidade de aprimoramento dessa relação.

Então, o que sugerimos é a continuidade desse debate — o Ministério do Meio Ambiente se coloca à disposição para fazer reuniões técnicas a respeito do tema —, discutindo os pontos do PL. Até já emitimos uma nota técnica sobre o tema e podemos aqui explorar os seus pontos.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradecemos a fala do representante do Ministério do Meio Ambiente.

Registramos a presença dos Deputados Nilto Tatto, Alessandro Molon, Valdir Colatto, Arnaldo Jordy, Ricardo Tripoli e Sarney Filho.

Agora vamos ouvir o representante da Secretaria de Portos da Presidência da República, Sr. Uirá Oliveira.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, eu queria só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Tem a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Eu não estava aqui, porque saí no final da segunda exposição, e fui informado de que V.Exa. teria dito — eu não ouvi — que já existe um substitutivo pronto sobre este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Já.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Mas esse substitutivo evidentemente... Nós estamos fazendo uma audiência pública justamente para exercer influência nele. Então, não está pronto. O que há é um “pressubstitutivo”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - É preciso ficar claro, porque senão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Nós colocamos esse substitutivo inclusive na Internet para que todos apresentem sugestões.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Muito bem.

Há uma proposta de substitutivo. É isso, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Há uma proposta.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Eu queria só um esclarecimento, porque ficamos em dúvida aqui.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Não, a discussão deste projeto vai ser esgotada. Isso é elementar em projeto de complexidade como essa da questão da Lei do Mar.

Tem a palavra o Sr. Uirá Oliveira.

O SR. UIRÁ OLIVEIRA - Boa tarde a todos.



Eu gostaria de agradecer o convite, a oportunidade ao Deputado Atila Lira e de parabenizar aqueles envolvidos na elaboração deste PL na pessoa do Deputado Sarney Filho.

Em nome da Secretaria de Portos, quero me desculpar porque não fizemos o nosso dever de casa tão bem assim, não temos uma apresentação para fazer para os senhores.

Este é um projeto importante. A Secretaria de Portos também enxerga a questão da necessidade de uma discussão de integração entre os diversos setores que possuem interesses nas zonas costeira e marítima. Nós sabemos que essa é uma região que apresenta diversos conflitos em função das disputas envolvendo o uso dos espaços, principalmente, dos recursos.

No que tange ao setor portuário no Brasil — traço um cenário geral do setor —, hoje nós temos 37 portos organizados, mais de 150 terminais de uso privado e, dentro dos portos organizados, um número muito grande de instalações portuárias que são arrendadas para a operação portuária ser realizada por empresas privadas. Existem programas de arrendamentos portuários que preveem também arrendamentos com número superior a 150 novos arrendamentos nos portos.

O setor portuário é de extrema importância estratégica para o País, não só do ponto de vista econômico, mas também de segurança. Ele fornece também um número significativo de empregos, tanto na atividade portuária em si, como no transporte marítimo. Apesar dessa importância econômica — mais de 90% das cargas do transporte de cargas passam pelos portos —, é um setor em que há reflexos, lógico, reflexos ambientais, muitos conflitos nas regiões onde existem portos, principalmente portos mais antigos, anteriores a toda a legislação ambiental brasileira.

A Secretaria tem iniciativas junto com outros parceiros, por exemplo, o próprio Ministério do Meio Ambiente, como programas de regularização ambiental de portos organizados, que visam à obtenção das licenças de operação desses portos, que nunca tiraram essas licenças e não possuem programas ambientais implementados para regularizar e controlar os seus impactos ambientais. Isso ainda está em desenvolvimento; nós buscamos isso. Hoje, desses 37 portos, em torno de 20 portos já possuem licença, alguns em função desse programa, e outros ainda estão



buscando essa regularização. No setor privado, essa situação já é mais tranquila, temos mais agilidade para tratar dessas questões.

Em nome da Secretaria, eu gostaria de me colocar à disposição para maiores esclarecimentos e também de participar deste debate novamente. Nós consideramos que o debate é importante. Algumas observações já foram feitas pelos expositores anteriores, sobretudo pelo Comandante Carlos Roberto. Nós também acreditamos no papel importante da CIRM, que, talvez, hoje represente o local onde esta discussão possa ser mais bem desenvolvida, já que tem um histórico de tratativas e participação dos diversos órgãos de interesse. Também acreditamos que ela deve ter uma posição um pouco mais imparcial. Nós sabemos da importância da conservação e preservação ambiental, mas acreditamos que isso tem que ser bem equacionado, balanceado com os demais interesses, que são legítimos, no uso desses espaços costeiros e marinhos.

Então, nós nos colocamos à disposição, em nome da Secretaria, para maiores esclarecimentos no debate.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradeço ao representante da Secretaria de Portos pela sua participação.

Passo a palavra ao Deputado Sarney Filho, autor do projeto de lei, informando que, em seguida, terá a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, antes de tudo, quero parabenizá-lo por esta iniciativa. Quando V.Exa. assumiu a relatoria deste projeto, eu fiquei tranquilo, porque, depois da experiência que nós tivemos na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, eu estava realmente preocupado em como seria o tratamento de um projeto tão importante quanto este aqui na Casa.

Lá, na Comissão de Agricultura, foi escolhido um Relator; ele passou 6 meses com o relatório e depois o devolveu. Foi escolhido outro. O Relator propôs uma audiência pública. Essa audiência pública, depois, não foi realizada. O Relator é do Estado de Tocantins, onde sabemos que não há mar, e foi escolhido a dedo lá. No pedido de audiência pública, ele dizia da importância deste projeto, de se discutir o projeto, e 2 semanas depois refez o parecer dele, e rejeitou, e passou.



Eu até contei com a boa vontade do Deputado Valdir Colatto de pedir que a audiência pública fosse realizada antes. Infelizmente, nem o prestígio imenso que o Deputado Valdir Colatto tem na Comissão de Agricultura conseguiu fazer com que o Presidente cedesse nessa audiência pública.

A audiência pública de hoje é muito esclarecedora, é importante. Primeiramente, é importante dizer que os oceanos ganharam uma importância maior ainda com a discussão do aquecimento global. Hoje já se sabe da sua importância fundamental. E o tratamento dispensado aos oceanos vem mudando em função disso e também do esgotamento de determinados serviços que o oceano presta, por exemplo, a pesca. Está havendo problemas, em algumas regiões, sobre pescados. Se não há proteção aos pescados, não há peixes. Com isso, a atividade, principalmente dos pescadores artesanais ela fica mais difícil.

Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de falar sobre a minha concordância com o Secretário de Biodiversidade e Florestas no que diz respeito a essa abundância de projetos de decretos legislativos que sustam decisões do CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente. Eu sempre me posicionei contra isso. Na Comissão de Meio Ambiente, nós já derrotamos duas propostas — uma passou. Mas eu acho que será muito difícil ainda este ano alguns desses projetos de decreto legislativo serem deliberados, a não ser o do defeso, que já está na pauta. O Presidente, agora, no Colégio de Líderes, disse que vai colocar em votação amanhã o projeto do defeso, que também foi assinado pelo Presidente desta Comissão. A não ser este projeto que trata de outra questão, eu também concordo que nós não podemos ficar com projetos de decreto legislativo revisando questões altamente técnicas que demoram, às vezes, anos e anos para serem resolvidas.

Quero dizer que não vi grandes dificuldades naquilo que ouvi aqui. O Capitão de Mar e Guerra Carlos Roberto Leite fez uma exposição precisa e clara, colocou com bastante ênfase o ponto de vista da Marinha e o seu ponto de vista em relação ao fortalecimento do CIRM — Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que eu acho importante. Vejo necessidade de se discutir competências, não o conteúdo da lei, o que a lei estabelece, com o que a lei se preocupa, o que a lei baliza, mas, sim, competência. Eu acho que essas questões de competência podem e devem ser discutidas à luz da realidade nacional. Eu não vejo dificuldades nessa questão.



Entendo que esta primeira audiência pública, Sr. Presidente, vai gerar evidentemente sugestões que certamente irão aperfeiçoar o substitutivo que V.Exa. está elaborando, já que vai colocar o tema à disposição das pessoas, dos Deputados, da sociedade civil mesmo, para que possam dar as suas opiniões.

Mais uma vez parabênz todos os expositores aqui presentes.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Eu queria explicar para todos que já foi dado início à Ordem do Dia. Nós somos obrigados a encerrar os nossos trabalhos. Mas antes de encerrar, eu vou passar a palavra aos expositores.

Informo que o Ministério da Pesca não mandou representante, porque estão reestruturando aquela Pasta.

Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores expositores, na verdade eu fiquei aqui para aprender bastante sobre essa questão do mar. Eu sou do interior do Brasil, de uma região perto da Argentina, e sou ligado ao setor da agricultura. A pesca agora também está lá, voltou para a agricultura no Brasil. Desse modo, eu acho que nós temos que trabalhar profundamente esse projeto.

Eu acompanhei, na Comissão de Agricultura, o estudo dessa proposta, que foi levada pelo Deputado Sarney Filho. Realmente, pelo que eu ouvi aqui, nós sabemos muito pouco sobre o assunto. Inclusive há divergências do próprio Ministério do Meio Ambiente de como fazer, do que se pode fazer, do que o projeto contempla ou não. Eu não vi o substitutivo do Deputado Átila Lira, mas tenho uma preocupação bastante grande em conciliar, como falou aqui o nosso Capitão de Mar e Guerra, produção com meio ambiente. Nós não podemos só pensar na questão ambiental. Nós temos que pensar na pesca, na produção, na costa marítima brasileira, que é rica. E nós a exploramos muito pouco. Aliás, se compararmos a outros países, veremos que a nossa pesca é irrisória em termos de produção.

Também quero falar a respeito das Portarias MMA nºs 443, 444 e 445, Dr. Ugo, que são muito polêmicas por sinal. Ouvi aqui sobre a preocupação de se cuidar das comunidades tradicionais, dos pescadores artesanais, etc. Eu fui Secretário de Agricultura em Santa Catarina e trabalhei muito tempo na extinta ACARPESC — Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina. Eu ouvi, tanto na



Comissão de Agricultura como em outras áreas, uma reclamação praticamente unânime dos pescadores contra as Portarias MMA nºs 443, 444 e 445. Então, há alguma coisa aí que não é compatível. Se os pescadores (*ininteligível*) que queremos proteger e os pescadores artesanais, com certeza, não estão satisfeitos com essas portarias, com a lista das espécies em extinção, há alguma coisa errada. Parece que o Ministério não os consultou, que eles não foram ouvidos nesse processo, inclusive dizem que os técnicos que fizeram essa análise das muitas espécies listadas não conhecem a realidade. E não é isso o que está acontecendo lá. Nós temos que dialogar bem com todos os setores para fazer esse levantamento.

O Deputado Sarney Filho sabe da luta que envolve a questão dos biomas, pois há uma série de exigências sobre o bioma. Nós temos hoje um conflito na orla brasileira, no continente, na verdade. Não sei se isso se dá por conta de uma portaria do IBAMA, que dita 300 metros de afastamento da praia, o que inviabilizaria praticamente o litoral brasileiro. Então, há discussões nesse sentido.

Há também a questão dos manguezais. Eu fui autor da proposta do Código Florestal Brasileiro, e hoje todos os manguezais são consideradas APP — Área de Preservação Permanente. Nós sabemos que há manguezais ocupados. Em São Luís, do Maranhão, por exemplo, há mangues, e vemos que avançaram sobre eles construções, há ocupação urbana. Assim é no Brasil inteiro. A nossa preocupação é no sentido de que o Ministério do Meio Ambiente realmente faça um aprofundamento para nós não criarmos um monstro que daqui a pouco inviabilize a costa brasileira.

Fico tranquilo, porque o Deputado Átila Lira, que é o Relator, saberá conciliar o equilíbrio entre meio ambiente e produção. Eu acho que temos que ter muito cuidado com isso, porque a costa brasileira é um potencial enorme a ser explorado, e nós a exploramos muito pouco. Não podemos engessar esse processo com uma decisão radical que olhe apenas para a questão ambiental em detrimento da produção, da Marinha e de todo esse complexo que é a questão marítima e a costa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Eu vou passar a palavra aos expositores na sequência de apresentação. Haverá outros debates. Nós podemos notar que não há convergência dentro do próprio Governo, e temos que esgotar esse assunto.



Eu passo a palavra para a Sra. Leandra Gonçalves.

A SRA. LEANDRA GONÇALVES - Obrigada, Deputado Átila Lira.

Na verdade, eu termino o dia de hoje bastante satisfeita. Discordo apenas de V.Exa. quando diz que nós não temos convergência. Eu achei que nós temos bastante convergência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Não! Estou dizendo que o Governo não tem convergência.

A SRA. LEANDRA GONÇALVES - Talvez o Ugo, o Capitão de Mar e Guerra Carlos Roberto Leite e a Secretária Especial de Portos concordem comigo. Eu acho que mesmo o Governo tem convergência, sim. Eu acho que temos algumas arestas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Digo isso porque eu não ouvi o pessoal da pesca.

A SRA. LEANDRA GONÇALVES - Nós temos conversado bastante com o pessoal da pesca, também. Eu acho que essa discussão não se esgota aqui hoje. Entendo que temos vários passos pela frente e eu vi bastantes pontos de convergência aqui.

Durante essa discussão inicial do projeto de lei, nós estivemos na Comissão Interministerial para Recursos do Mar por três ou quatro vezes apresentando o projeto de lei e colhemos contribuições. Inclusive, foi de uma reunião desta Comissão que surgiu a ideia dessa Câmara de Resolução de Conflitos.

Foram feitas tentativas de já trazermos uma série de *inputs* e *feedbacks* de diversas organizações, inclusive do Governo. Mas o mar é muito complexo e, por isso, temos que fazer mais. E eu acho que o substitutivo pode ser o caminho para essas arestas serem aparadas.

Eu acredito que a Fundação SOS Mata Atlântica sempre esteve disposta e aberta para isso. Nós temos o projeto Fundo para Conservação da Biodiversidade, em parceria com a Comissão e com a Marinha do Brasil, para revegetação da Ilha da Trindade. Todos os trabalhos técnicos, os trabalhos de pesquisa, os programas e os planos realizados pela Comissão Interministerial de Recursos do Mar são fundamentais.

Os projetos apresentados pelo Ugo, que são realizados no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, têm conseguido avançar enormemente para as



questões de conservação de biodiversidade e manejo costeiro. Na verdade, esse projeto de lei pretende integrar esses diversos usos. E eu acho que, conforme foi colocado pelo Ugo e pelo Capitão Carlos Roberto Leite, a intenção é de fazermos a integração.

Quando eu vi a apresentação do Grupo de Trabalho Uso Compartilhado do Ambiente Marinho — eu já havia visto essa apresentação algumas vezes —, eu só pude perceber ali pontos de convergência nesse projeto de lei.

Eu acho que existem algumas arestas que precisamos aparar. Também acho que as contribuições que vêm dos Estados, através das Frentes Parlamentares Ambientalistas Estaduais, e a discussão hoje aqui na Câmara Federal enriquecem o conteúdo para o aprimoramento desse substitutivo.

Então, se pudermos ter acesso a esse novo texto do substitutivo e se pudermos discutir de que forma vamos criar um novo marco regulatório que integre essas experiências positivas que tivemos com a CIRM, com o Ministério do Meio Ambiente e com os demais órgãos governamentais, eu acho que será o melhor caminho que poderemos ter daqui para frente, fazendo isso com transparência e com bastante discussão com a sociedade.

Obrigada.

O SR. CARLOS ROBERTO LEITE - Mais uma vez eu gostaria de agradecer pela oportunidade de discutir um assunto tão importante como o mar, o oceano. Realmente esse tema tomou grande dimensão em virtude de tudo o que está acontecendo.

Eu volto a colocar pontos principais aqui: existe um modelo brasileiro, desde 1974, que se chama Comissão Interministerial para Recursos do Mar, que integra diversos projetos. É baseado em arcabouço legal cujo grande mérito é que congrega a opinião de 18 Ministérios. Isso lhe dá legitimidade para decidir em nome dos objetivos nacionais.

Da mesma forma, eu concordo com a Leandra e com o Ugo. Nós estávamos até conversando. Realmente há convergências. Mas eu acho que o centro de tudo isso se chama CIRM — Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Eu concordo que existem *gaps*, que existem grandes dificuldades, e volto a frisar que o gerenciamento costeiro talvez seja a parte mais complexa, não só em termos físicos, de ambiente físico, mas também de atores envolvidos e de interesses ali. Então, há



uma grande dificuldade. Mas nós estamos conseguindo avançar. Volto a dizer que todos os interesses dos Ministérios são legítimos, mas tem que haver um fórum, um colegiado adequado em que prevaleça o interesse do Governo, o interesse do País.

Na verdade, o que nós estamos defendendo aqui é o que interessa a todos. Repito: não adianta ter recursos, e as pessoas passarem fome ou haver crise energética. Nós temos que conhecer a Amazônia Azul e as áreas de interesse, discutir projetos com essa visão integrada de País. Eu concordo quando se diz que o projeto pode acrescentar alguns pontos interessantes, mas ainda defendo a manutenção da CIRM como centro de convergência. O projeto subordina a CIRM ao CONAMA, por exemplo. Eu discordo totalmente.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer e de dizer que nós estamos sempre prontos para contribuir para o que for em prol do melhor para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Com a palavra o Sr. Ugo Vercillo, representante do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. UGO VERCILLO - Primeiramente, gostaria de comentar que a posição do Ministério do Meio Ambiente de forma alguma é de que a área ambiental se contraponha ao uso dos recursos ou os iniba. A postura do Ministério do Meio Ambiente, nos últimos anos, é exatamente a de buscar compatibilizar, argumentar, estruturar um mecanismo em que o desenvolvimento do País esteja associado à conservação. Esta Casa já foi local de debates, quando o Ministério do Meio Ambiente se posicionou de forma muito clara na busca de uma convergência para o crescimento do País garantindo a conservação.

Essa exposição que parece que, ambientalmente, a Pro Meio Ambiente é contra o uso, contra a exploração e contra o crescimento, perdoem-me, mas de forma alguma essa é a posição do nosso Ministério.

No caso, por exemplo, da Portaria MMM 445, em que se fez estudo mais exaustivo para a conservação das espécies brasileiras, visa-se exatamente a garantir que haja peixe para os pescadores. Isso está claro nos estudos realizados nas décadas de 1980 e 1990, que já indicavam o colapso da pesca no Brasil há muito tempo. Nenhum pesquisador diz o contrário sobre isso. Na revisão da Portaria MMM 445, quando nos reunimos com o Ministério da Pesca e com os especialistas indicados por eles, nós vimos completa convergência entre o que foi posto pelos



pescadores brasileiros. O Ministério do Meio Ambiente convergiu, os integrou e coordenou para que eles fizessem um trabalho (*ininteligível*) da Academia Brasileira. Isso foi comprovado num debate com outros especialistas, que também foram indicados pelo Ministério da Pesca, na época. Então, de forma alguma, nós estamos querendo acabar com a pesca no Brasil. Pelo contrário, queremos que a pesca seja sustentável no País.

E, da mesma forma, estamos discutindo a regulamentação das áreas protegidas, garantindo que elas sejam fontes de recursos pesqueiros, assegurando a biodiversidade marinha.

Note-se que já foi comprovada a importância dessas áreas para a pesca nacional em várias Unidades de Conservação de Uso Sustentável. É só perguntar ao pessoal do CONFREM — Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas o quanto eles entendem sobre a relevância dessas áreas protegidas para a pesca. Então, existe, sim, uma convergência plena entre a política de meio ambiente e dos recursos marinhos e recursos naturais.

Foi levantada aqui uma divergência do Ministério do Meio Ambiente com a Marinha do Brasil em relação à CIRM. Quero dizer que de forma alguma divergimos disso. A CIRM é um fórum legítimo, onde temos assento — e a Secretaria inclusive é a titular do debate — e fazemos reuniões. Acharmos que, num fórum pleno, podemos discutir de governo para governo várias estratégias. Portanto, em nossa visão, não existe proposta de redução da CIRM.

Em relação ao projeto de lei, comentamos que é interessante o fato de que vários temas são postos ali, inclusive sobre participação social no processo de construção. Por exemplo, na gestão pesqueira, isso é relevante. Nós temos um sistema de gestão compartilhada, no qual o setor produtivo discute com o Governo determinados temas.

Portanto, estamos debatendo questões distintas. Não estamos, de forma alguma, reduzindo a importância da CIRM, dizendo que a Comissão não é relevante. Do nosso ponto de vista, é uma estratégia relevante e deve ser mantida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Com a palavra o Sr. Uirá Oliveira, Coordenador-Geral de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança da Secretaria de Portos da Presidência da República.



O SR. UIRÁ OLIVEIRA - Sr. Presidente, quero novamente agradecer a V.Exa. o convite para participar desta audiência pública. Quero dizer que a Secretaria de Portos reconhece a importância de se discutir esse tema da integração entre as políticas e os projetos, o uso compartilhado da Zona Costeira e Marinha.

Na verdade, a preocupação da Secretaria é de que o projeto não traga nenhum tipo de engessamento ou alguma complexidade maior do que já existe no trato do desenvolvimento portuário no País. Na verdade, a nossa análise é nesse sentido. Nós ainda não tivemos acesso ao substitutivo, mas vamos fazer um parecer, uma análise técnica, com o ponto de vista da Secretaria e vamos deixá-lo à disposição de V.Exas.

Ressalto que a nossa assessoria parlamentar também está à disposição para qualquer consulta ou comentário a respeito da área portuária.

Nós sabemos, como foi colocado pela Marinha, da necessidade de alguns ajustes em termos conceituais, a princípio, numa análise preliminar que nós fizemos não do substitutivo, mas do projeto de lei. Nós ficamos com algumas dúvidas com relação a conceitos e à abrangência de algumas ferramentas.

Sr. Presidente, estamos à disposição de V.Exas. para contribuir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Nós vamos prosseguir no debate dessa questão.

Agradeço a presença dos convidados, dos Parlamentares e das pessoas presentes, assim como a participação dos internautas.

Boa noite, senhoras e senhores.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)